

REABERTURA DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026
CRENCIAMENTO PARA SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM
27º FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA E VÍDEO AMBIENTAL – FICA 2026

1. DA APRESENTAÇÃO

1.1. A Fundação Rádio Televisão Educativa e Cultural – Fundação RTVE, em correalização com a Universidade Federal de Goiás – UFG e Secretaria de Estado de Cultura de Goiás, propõe a realização do **27º Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental – Fica 2026** e, para tanto, torna público a Reabertura do Edital de Credenciamento de estabelecimentos do ramo de hotelaria, agências de turismo e/ou similares que possam prestar serviços de acomodação para hospedagem na Cidade de Goiás/GO.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente Reabertura de Chamamento Público, credenciar estabelecimentos do ramo de hotelaria, agências de turismo e/ou similares para prestação de serviços de hospedagem na Cidade de Goiás durante a realização da “**27ª Edição do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental - Fica**” que acontecerá no período 16 a 21 de junho de 2026, em consonância com o Plano de Trabalho do Convênio nº. 01/2023-SECULT (Processo nº. 23070.006352/2023-45), firmado entre o Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado da Cultura e a Universidade Federal de Goiás – UFG, tendo como interveniente administrativo-financeiro a Fundação RTVE, de acordo com as quantidades estimadas e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

2.2. Decorrente do Credenciamento será formalizada Ordem de Fornecimento/Serviço, perfazendo esta o competente instrumento para contratação, nos termos do art. 5º, § 1º, do Decreto Federal n.º 8.241/14, c/c com o art. 95, da Lei Federal n.º 14.113/21.

2.3. O regime de execução será o de **preço unitário da diária por hóspede**.

3. DO PROCEDIMENTO E CRONOGRAMA

3.1. O procedimento seletivo para credenciamento será composto pelas seguintes etapas:

1. Divulgação do Chamamento;
2. Análise da Habilitação;
3. Homologação e Divulgação do Resultado Final com a lista de prestadores habilitados;
4. Contratação.

3.2. Do cronograma:

ETAPA	PRAZO
Divulgação do Chamamento	02/06/2026
Período de Inscrições	De 02/06/2026 a 05/06/2026. As inscrições devem ser feitas exclusivamente por e-mail, enviadas para: execult@ufg.br
Homologação e Divulgação do Resultado com a lista de prestadores habilitados	08/06/2026

3.2.1. O cronograma poderá ser alterado a critério da Fundação RTVE e equipe ExeCult, sem a necessidade de prévio aviso, cabendo aos interessados acompanhar as informações do edital de credenciamento no sítio oficial do Fica 2026 (<https://fica.go.gov.br>) e no sítio eletrônico da Fundação RTVE (<http://www.rtve.org.br/chamamento-publico/>).

4. DO DIA, HORÁRIO E LOCAL DO CREDENCIAMENTO

4.1. Os documentos para habilitação exigida no presente Edital deverão ser apresentados via e-mail, no período estabelecido no Cronograma (Item 3.2, contendo como título, além da identificação da empresa interessada, os seguintes dizeres:

**“DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026**

4.2. Se a interessada for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5. DAS CATEGORIAS, REQUISITOS DAS ACOMODAÇÕES E VALORES

5.1. Em observância às disposições legais aplicáveis e visando ao melhor atendimento do interesse público, o presente Chamamento Público estabelecerá faixas de valor para a contratação dos serviços de hospedagem, objetivando compatibilizar a diversidade de propostas apresentadas pelos potenciais credenciados, bem como facilitar a categorização dos estabelecimentos conforme a estrutura oferecida e o valor por diária.

5.2. Para fins de organização e uniformização das propostas, ficam definidas as seguintes **faixas de valor** de diária por hóspede, onde cada estabelecimento credenciado será enquadrado conforme o montante apresentado na proposta.

5.2.1. Os valores aqui definidos levam em consideração os diferentes níveis de conforto, localização e estrutura disponibilizados pelos potenciais credenciados.

5.2.2. Os valores previstos na tabela foram definidos com base em pesquisa de mercado realizada conforme metodologia prevista no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, com os devidos registros no processo administrativo, levando em consideração os princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade.

5.2.3. As categorias e respectivas descrições (requisitos mínimos, estrutura, etc.) estão apresentadas na Tabela Descritiva a seguir:

CATEGORIA	DESCRIÇÃO DA ACOMODAÇÃO E REQUISITOS DA CATEGORIA	FAIXA DE VALOR DA DIÁRIA POR HÓSPEDE (R\$)
Categoria 1	Quarto duplo ou triplo com camas de casal e/ou solteiro, televisão, climatização (ar condicionado), mini refrigerador, wi-fi, banheiro com chuveiro de água quente e fria, papel higiênico, tapete atalhado, troca de roupas de cama em dias alternados, troca de roupa de banho quando solicitado, arrumação do apartamento diariamente, área de convivência/lazer comum, estacionamento privativo, recepção 24 horas e localizado nas proximidades do Centro Histórico da Cidade de Goiás.	≥ R\$ 354,00
Categoria 2	Quarto duplo ou triplo com camas de casal e/ou solteiro, televisão, climatização (ar condicionado), mini refrigerador, wi-	De R\$ 270,00 a R\$ 353,99

	fi, banheiro com chuveiro de água quente e fria, papel higiênico, tapete atalhado, troca de roupas de cama em dias alternados, troca de roupa de banho quando solicitado, arrumação do apartamento diariamente, área de convivência/lazer comum, estacionamento privativo e localizado nas proximidades do Centro Histórico da Cidade de Goiás.	
Categoria 3	Quarto individual, duplo ou triplo com camas de casal e/ou solteiro, televisão, climatização (ar condicionado e/ou ventilador), wi-fi, banheiro com chuveiro de água quente e fria, papel higiênico, tapete atalhado, troca de roupas de cama em dias alternados, troca de roupa de banho quando solicitado, arrumação do apartamento diariamente e área de convivência/lazer comum, podendo ser ou não nas proximidades do Centro Histórico da Cidade de Goiás.	De R\$ 200,00 a R\$ 269,99
Categoria 4	Quarto individual ou duplo, com acomodações com camas de casal, solteiro e/ou beliche, televisão, climatização (ar condicionado e/ou ventilador), wi-fi, banheiro com chuveiro de água quente e fria, papel higiênico, tapete atalhado, troca de roupas de cama em dias alternados, troca de roupa de banho quando solicitado e arrumação do apartamento diariamente, podendo ser ou não nas proximidades do Centro Histórico da Cidade de Goiás.	De R\$ 100,00 a R\$ 199,99

5.3. No preço deverão estar inclusos todos os custos diretos ou indiretos, os encargos necessários à execução do objeto.

5.4. A Comissão Especial de Credenciamento, instituída pela Portaria 003/2026, procederá ao enquadramento do estabelecimento em uma das categorias no momento da análise das propostas.

5.4.1. Caso o estabelecimento demonstre alguma não conformidade com os padrões mínimos exigidos, conforme descrito no item 5.2 (tabela descritiva), poderá ter seu enquadramento revisto para categoria inferior ou, não sendo possível adequar-se, ter sua habilitação indeferida.

5.5. A remuneração dos serviços se dará, unicamente, com base no **valor da diária fixado para a categoria (faixa de valor)** em que o estabelecimento for enquadrado, **conforme descrito no item 5.2**, não cabendo qualquer acréscimo ou dedução fora do que estiver expressamente previsto neste Edital.

5.5.1. O estabelecimento deverá informar, na **Ficha de Credenciamento (Anexo I)**, o valor da diária a ser praticado, obrigatoriamente dentro da faixa de valor correspondente à sua categoria.

5.6. O preço a ser contratado não caracteriza expectativa de faturamento por parte da(s) empresa(s) credenciada(s), já que **prevalecerá o critério de preço unitário da diária por hospedagem efetivamente realizada**, não cabendo à Fundação RTVE o ressarcimento de alegação de eventuais prejuízos.

5.7. Eventuais despesas além das descritas em contrato, correrão as expensas do hóspede, tais como: bebidas em geral, inclusive alcoólicas; serviços de lavanderia; telefonia; alimentação, **exceto café da manhã**.

5.8. **Incluso no valor da diária, deverá ser servido café da manhã no mesmo local da hospedagem, sendo oferecido aos hóspedes o mínimo de: 2 tipos de pães, leite, café, achocolatado, 2 tipos de suco, manteiga ou margarina, 2 tipos de frios e queijo fatiado, geleia, chá e 2 tipos de frutas.**

5.9. O credenciado obriga-se a manter todas as condições exigidas no presente edital, inclusive durante a execução dos serviços, bem como cumprir os requisitos mínimos de conforto e estrutura estabelecidos para a categoria em que foi enquadrado.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar do presente Chamamento pessoas jurídicas de direito privado, incluindo microempresas e empresa de pequeno porte, empresas individuais e microempreendedores individuais, desde que **comprovadamente do ramo de atividade correlacionada ao objeto deste Credenciamento, estabelecidos no Estado de Goiás**, que satisfaçam as condições exigidas no presente edital e seus anexos.

6.2. Estão impedidas de participar deste Credenciamento as empresas que:

6.2.1. Constituem consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

6.2.2. Tenham sido impedidas ou suspensas temporariamente de licitar e contratar com a Fundação RTVE ou com a Universidade Federal de Goiás - UFG;

6.2.3. Estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

6.2.4. Que se encontrem sob decretação de falência ou concordata, concurso de credores, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

6.2.5. Que não contiver em seu contrato social finalidade ou objetivo compatível como objeto desta convocação;

6.2.6. Empresas cujo(s) sócio(s), dirigente(s) ou administrador(es) seja(m) empregado(s) ou dirigente(s) da Fundação RTVE ou da Universidade Federal de Goiás - UFG, bem como, a pessoa jurídica que possua administrador ou sócio, compoder de direção, que mantenha relação de parentesco, inclusive por afinidade, até o terceiro grau, com dirigente da Fundação RTVE ou da Universidade Federal de Goiás - UFG, considerando os termos dos artigos 1.591 a 1.595 da Lei nº. 10.406/2002 – Código Civil;

6.3. A participação do interessado implica em aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, não cabendo, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou questionamento quanto ao seu conteúdo.

7. DOS REQUISITOS PARA O CREDENCIAMENTO

7.1. Para o credenciamento, a interessada deverá apresentar a documentação seguinte:

7.1.1. Ficha de Credenciamento

a) Formulário de inscrição (**ANEXO I - FICHA DE CREDENCIAMENTO**) endereçado à Comissão Especial de Credenciamento, devidamente preenchido, redigido em papel timbrado, assinado pelo representante legal, solicitando o credenciamento e concordando com as disposições constantes neste Instrumento Convocatório e declarando:

- I. que possui estrutura operacional para prestar os serviços objeto deste Chamamento Público em conformidade com exigências elencadas no Instrumento Convocatório;
- II. que aceita prestar os serviços de acordo com a categoria e pelo valor constante da tabela de referência prevista neste Instrumento (**Item 5.2**).

7.1.2. **Habilitação Jurídica:**

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual; ou, Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações **ou** da consolidação respectiva e posteriores alterações, conforme legislação em vigor.
- b) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no país, quando atividade assim o exigir.
- c) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ), com CNAE compatível com o contrato social e com o objeto licitado;
- d) Alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal;

7.1.3. **Regularidade Fiscal e Trabalhista**

- a) **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal**, relativo ao domicílio ou sede da interessada, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- b) **Prova de regularidade para com a Fazenda Federal**, mediante Certidão Negativa de Débitos expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União (DAU);
- c) **Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual**, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação, da sede ou do domicílio da licitante, mediante Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal da empresa interessada, sob as penas da lei;
- d) **Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal**, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação, da sede ou do domicílio da licitante, mediante Certidão Negativa de Débitos de Tributários Mobiliários;
- e) **Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS)**, por meio da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;
- f) **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho;

7.2. Outros Documentos

- a) Declaração Conjunta, conforme modelo estabelecido no **ANEXO II deste Edital**.
- b) Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte visando ao exercício dos direitos previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/06, alterada, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **ANEXO III deste Edital**.

7.3. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato;

7.3.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, **deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de**

regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição:

7.3.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período a critério da Comissão Especial de Credenciamento, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

7.3.3. A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará na decadência do direito à contratação;

7.3.4. Serão aceitas, como prova de regularidade fiscal e trabalhista, certidões positivas, com efeitos de negativa e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa;

7.3.5. No caso de apresentação de documentos e/ou certidões das quais não conste o prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da emissão dos mesmos;

7.3.6. Os interessados serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer época;

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

8.1. O atendimento das condições de credenciamento será aferido por Comissão Especial nomeada pela Portaria Conjunta RTVE/EXECULT nº. 003/2026.

8.2. Recebido os documentos, os membros da Comissão Especial imediatamente realizarão a análise dos dados e informações contidas nas Fichas de Credenciamento, bem como da documentação de habilitação exigida.

8.2.1. A Análise da aceitabilidade da proposta de credenciamento compreenderá o exame dos documentos exigidos no presente Edital.

8.3. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação

efetivamente entregues poderão ser saneadas pela Comissão Especial de Credenciamento mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações, anexando aos autos documentos passíveis de obtenção, salvo impossibilidade devidamente justificada, em conformidade com os princípios da competitividade, vantajosidade e formalismo moderado, desde que não contrarie a legislação vigente e não comprometa a lisura do certame.

8.3.1. A Comissão, no ato da conferência da documentação, notificará o interessado para quaisquer esclarecimentos porventura necessários.

8.3.2. A empresa interessada terá o **prazo máximo de 02 (duas) horas** para realizar os ajustes/esclarecimentos solicitados. Findo esse prazo sem manifestação ou com manifestação insuficiente para as correções necessárias, será inabilitada.

8.4. Se algum documento apresentar falha não sanável, acarretará a inabilitação da empresa interessada. A recusa do Credenciamento da empresa será sempre baseada no não cumprimento de quesitos estabelecidos neste Edital.

8.5. As equipes da Fundação RTVE e do Fica 2026 poderão realizar visita técnica a fim de verificar a adequação dos estabelecimentos às exigências editalícias, a qualquer momento sem marcação prévia;

8.6. Constatado que a empresa interessada atende as exigências do edital, a Comissão Especial de Credenciamento procederá com a sua habilitação.

9. DOS CRITÉRIOS DE CREDENCIAMENTO, DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA E CONVOCAÇÃO DOS CREDENCIADOS

9.1. O presente Chamamento Público não tem por finalidade selecionar um único prestador, mas credenciar os interessados que atenderem às condições de habilitação, aos requisitos técnicos mínimos e às faixas de valores previstas neste Edital e em seus anexos.

9.2. Serão credenciadas as pessoas jurídicas que apresentarem a documentação exigida de forma completa e regular, atenderem aos requisitos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica, e tiverem suas acomodações enquadradas em uma das categorias previstas neste

Edital.

9.3. O credenciamento não gera direito subjetivo à contratação, tampouco expectativa de faturamento mínimo, sendo a emissão de Ordem de Fornecimento/Serviço condicionada à necessidade efetiva da Fundação RTVE e da organização do FICA 2026, à disponibilidade orçamentária, à compatibilidade da hospedagem com a demanda concreta e à manutenção das condições de habilitação.

9.4.A distribuição das demandas entre os credenciados observará critérios objetivos, impessoais e vinculados à necessidade logística do evento, especialmente:

I. categoria em que o estabelecimento foi enquadrado pela Comissão Especial de Credenciamento;

II. disponibilidade efetiva de vagas, quartos ou unidades habitacionais no período solicitado;

III. tipo de acomodação necessária, considerando quartos individuais, duplos, triplos, múltiplos, com cama de casal, cama de solteiro, beliche ou outras configurações admitidas;

IV. adequação da hospedagem ao perfil do hóspede ou grupo a ser acomodado, considerando convidados, artistas, equipe técnica, produção, servidores, colaboradores e demais pessoas autorizadas;

V. necessidade de hospedagem conjunta de grupos ou equipes, quando conveniente à logística do evento;

VI. localização do estabelecimento em relação aos locais de realização da programação, aos pontos de apoio, à logística de transporte e às demais necessidades operacionais do FICA 2026;

VII. capacidade operacional declarada e verificada, inclusive quanto a recepção, limpeza, café da manhã, atendimento a grupos e comunicação com a equipe de produção;

VIII. existência de quartos ou estrutura acessível, quando houver demanda envolvendo pessoa com deficiência, mobilidade reduzida ou necessidade específica de acomodação;

IX. compatibilidade do valor proposto com a categoria aprovada, com a demanda específica e com a disponibilidade orçamentária;

X. menor custo total compatível com a necessidade da Administração, quando houver mais de um credenciado apto a atender à mesma demanda em condições equivalentes;

XI. rodízio entre credenciados de mesma categoria e condições equivalentes, sempre que possível e conveniente à Administração;

9.5. Quando houver mais de um credenciado apto a atender à mesma demanda, em condições equivalentes de categoria, localização, disponibilidade, tipo de acomodação, capacidade operacional e valor, poderá ser adotado rodízio ou, subsidiariamente, a ordem cronológica de inscrição como critério de convocação.

9.6. Escolha do credenciado para cada Ordem de Fornecimento/Serviço deverá ser registrada de forma simplificada, com indicação da necessidade atendida, do período de hospedagem, da categoria, do tipo de acomodação, do valor aplicado e do critério objetivo utilizado para a convocação.

9.7. Caso o credenciado mais bem classificado, por qualquer razão, não aceitar a solicitação de fornecimento, a Comissão Especial de Credenciamento poderá convocar os demais participantes, na ordem de classificação, para realizar a execução do objeto.

9.8. A Fundação RTVE poderá, mediante justificativa, concentrar hóspedes, equipes ou grupos em determinado estabelecimento quando tal medida se mostrar necessária ou mais adequada à logística, segurança, economicidade, deslocamento, organização da programação ou atendimento do perfil dos participantes do evento.

9.9. Nenhum credenciado poderá exigir contratação mínima, exclusividade, preferência automática ou indenização pela não emissão de Ordem de Fornecimento/Serviço.

10. DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. Após a análise da documentação, se nenhuma irregularidade for constatada, serão as empresas interessadas declaradas habilitadas e credenciadas, e, por conseguinte, homologado o presente credenciamento pela autoridade superior competente.

10.2. O resultado final do processo de credenciamento, contendo a relação de todas as

empresas que obtiverem o deferimento do pedido, será publicado no sítio oficial do Fica 2026 (<https://fica.go.gov.br>) e no sítio eletrônico da Fundação RTVE (<http://www.rtve.org.br/chamamento-publico/>).

11. DA CONTRATAÇÃO

11.1. Quando solicitado a necessidade de hospedagem, dar-se-á início ao processo de contratação, por meio de Ordem de Fornecimento/Serviço;

11.2. A contratação do credenciado somente poderá ocorrer por vontade da Fundação RTVE e desde que este esteja em situação regular perante as exigências habilitatórias para o credenciamento;

11.2.1. Tratando-se de microempresa ou empresa de pequeno porte, cuja documentação de regularidade fiscal e trabalhista tenha indicado restrições à época da fase de habilitação, **deverá comprovar, previamente à assinatura do contrato, a regularidade fiscal e ou trabalhista, no prazo de cinco dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogável por igual período, a critério da Comissão Especial**, sob pena de a contratação não se realizar, decaindo do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

11.3. A contratação decorrente do credenciamento obedecerá às regras do Decreto Federal n.º 8.241/14, c/c com a Lei Federal n.º 14.113/21, e da ordem de serviço, anexa ao Edital.

11.4. Nos termos do art. 5º, § 1º, do Decreto Federal n.º 8.241/14, c/c com o art. 95, da Lei Federal n.º 14.113/21, em razão das peculiaridades do objeto, não haverá a emissão de contrato formal, perfazendo a Ordem de Fornecimento/Serviço instrumento para contratação.

11.5. A empresa contratada estará obrigada em manter, durante toda a execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente edital.

12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado pela Fundação RTVE de acordo com cada contrato a ser firmado, conforme os serviços prestados pela **CONTRATADA**, no prazo de até **30 (trinta) dias** contados do recebimento da Nota Fiscal, mediante emissão de ordem bancária para crédito

em conta bancária da **CONTRATADA** ou por outro meio, desde que expressamente informado.

12.1.1. Considerando as especificidades operacionais do serviço de hospedagem durante a realização do 27º Fica 2026, a Fundação RTVE poderá, a seu critério, autorizar pagamento parcial antecipado de até 30% do valor da contratação ou da respectiva Ordem de Serviço, a título de adiantamento operacional destinado à adoção de providências preparatórias necessárias ao adequado recebimento dos hóspedes.

12.1.2. O pagamento parcial antecipado dependerá da emissão da Ordem de Serviço, da apresentação da Nota Fiscal, da manutenção das condições de habilitação e regularidade da **CONTRATADA**, da disponibilidade orçamentária e da autorização da **CONTRATANTE**.

12.1.3. O valor antecipado será deduzido do valor final devido, conforme as diárias efetivamente prestadas e atestadas pela fiscalização competente.

12.1.4. Em caso de inexecução total ou parcial, cancelamento injustificado ou descumprimento das obrigações assumidas, a **CONTRATADA** ficará sujeita à restituição, compensação ou glosa dos valores antecipados, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

DADOS PARA EMISSÃO DA NOTA FISCAL

Razão Social: FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA E CULTURAL – RTVE

CNPJ: 01.517.750/0001-06

Inscrição Estadual: 10.520.837-0

Inscrição Municipal: 130.207-8

Endereço: Av. Esperança, s/n, 3º Andar, Prédio da FACE, Campus Samambaia da UFG, CEP: 74690-900, Goiânia – Goiás.

DADOS DA EMPRESA

Banco:
Agência:
C/C:
Operação:
CNPJ:
Favorecido:

Obs.: No campo “Descrição” da Nota Fiscal, deverá conter a informação do número da Seleção Pública/Requisição; identificação do convênio/projeto; identificação do Centro de Custo e parcela (única ou X/X).

12.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “**atesto**” pelo empregado competente da Fundação RTVE, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

12.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.4. Antes de cada pagamento à **CONTRATADA**, será realizada consulta ao SICAF ou as certidões negativas para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação.

12.5. Constatando-se a situação de irregularidade da **CONTRATADA**, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, regularize sua situação ou no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da **CONTRATANTE**;

12.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Fundação RTVE deverá comunicar ao departamento responsável pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da **CONTRATADA**, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

12.7. Persistindo a irregularidade, a Fundação RTVE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do termo de compromisso firmado nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à **CONTRATADA** a ampla defesa;

12.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do termo de compromisso, caso a **CONTRATADA** não regularize sua situação fiscal;

12.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

12.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela **CONTRATANTE**, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = N x VP x (1/365), sendo:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) /100.

13. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1. Os serviços serão prestados de acordo com as especificações e características mínimas exigidas no Edital, conforme necessidades da Fundação RTVE, através da expedição de Ordem(ns) de Fornecimento/Serviço.

13.2. A(s) Ordem(ns) de Fornecimento/Serviço será(ão) expedida(s) por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da **CONTRATADA**, inclusive correio eletrônico.

13.3. O estabelecimento credenciado deverá atender os seguintes critérios:

- a) Apartamentos tipo suíte com banheiro privativo, conforme critérios estabelecidos no item 5.2;
- b) Café da manhã, conforme especificado no item 5.2;
- c) TV aberta;
- d) Acesso a Wi-fi;
- e) Acessibilidade para pessoas com deficiência;
- f) Serviço de portaria;
- g) Serviço de limpeza;

h) Garagem para estacionamento de veículos.

13.4. O serviço de hospedagem poderá ser realizado em **quartos do tipo single, duplo e triplo**, devendo o interessado, em sua Ficha de Credenciamento, discriminar os tipos de quarto e quantitativos que pretende disponibilizar, conforme categoria correspondente.

13.5. A prestação do serviço além de respeitar as especificações mínimas, deverá observar a forma de organização requerida pela Fundação RTVE e equipe organizadora do Fica, em especial no que tange a hospedagem conjunta quando requerida, a qual objetiva facilitar a logística do evento.

13.6. Todas as atividades de logística de hospedagem são de responsabilidade da credenciada.

13.7. A Fundação RTVE e equipe organizadora do Fica 2026 poderá realizar visitas às instalações dos credenciados visando verificar as condições técnicas.

13.8. Na hipótese de prestação de serviços por agências de turismo ou similares poderá ser utilizado mais de um estabelecimento para atendimento do evento.

13.9. Na prestação do serviço sempre deverá ser observado o valor da diária correspondente à categoria e hóspede, conforme estabelecido no Item 5.2, deste Instrumento, sendo o mesmo fixo e irrevogável.

14. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

14.1. Das obrigações da **CONTRATANTE**:

14.1.1. Emitir as Ordem(ns) de Fornecimento/Serviço para execução dos serviços contratados;

14.1.2. Notificar por escrito a **CONTRATADA**, da constatação de quaisquer problemas pertinentes ao bom andamento dos serviços bem como da aplicação de eventuais multas;

14.1.3. Efetuar o pagamento na forma convencionada;

14.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

14.1.5. Indicar formalmente os fiscais e gestores do contrato para o acompanhamento da execução dos serviços;

14.1.6. Recusar o recebimento de todo e qualquer cobrança/serviços que não estiverem em conformidade com o apresentado neste Instrumento;

14.1.7. Exigir o cumprimento de todas as obrigações previstas neste Instrumento para a execução do objeto;

14.1.8. A **CONTRATANTE** não se responsabilizará pelo pagamento de diárias sem apresentação das respectivas Ordem(ns) de Fornecimento/Serviço, bem como não se responsabilizará pelos serviços extras utilizados pelos hóspedes.

14.2. Das obrigações da **CONTRATADA**:

14.2.1. Iniciar a execução dos serviços dentro do prazo de recebimento da Ordem de Fornecimento/Serviço emitida pela **CONTRATANTE**, conforme especificado;

14.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/1990);

14.2.3. Garantir a boa qualidade dos serviços obedecendo o padrão mínimo de hospedagem e exigências previstas no Item 13, acima;

14.2.4. Manter-se em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas neste Instrumento de Contrato, Termo de Referência e seus anexos;

14.2.5. Cumprir todas as orientações da equipe de organização do Fica 2026 e da Fundação RTVE, indicando o seu representante junto à Fundação RTVE, disponibilizando e mantendo e-mail, fone, WhatsApp etc., específicos para notificações e orientações;

14.2.6. Relatar à equipe de organização do Fica 2026 e da Fundação RTVE toda e qualquer

irregularidade verificada no decorrer da execução dos serviços;

14.2.7. Responsabilizar-se pelos danos decorrentes da execução dos serviços, bem como por todo e qualquer prejuízo causado, devendo, após o devido contraditório e ampla defesa, ressarcir-lo imediatamente e em sua integralidade, ficando a Fundação RTVE, na condição de **CONTRATANTE**, autorizada a descontar dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, o valor correspondente aos danos sofridos;

14.2.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas, segundo legislação competente, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Fundação RTVE e nenhum dos partícipes do Convênio 1/2023 – SECULT;

14.2.9. Prestar todos esclarecimentos e informações, bem como emitir relatórios solicitados pela equipe de organização do Fica 2026 e/ou pela Fundação RTVE, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local de execução, bem como aos respectivos documentos solicitados;

14.2.10. Encaminhar, sempre que solicitado pelos órgãos de controle e fiscalização as informações pertinentes a prestação do serviço objeto deste Contrato;

14.2.11. Responsabilizar-se pela veracidade das informações prestadas, bem como dos documentos apresentados, respondendo nas esferas cível, crime e administrativa no caso de constatação de falsidade ou irregularidade;

14.2.12. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Fundação RTVE e nenhum dos partícipes do Convênio 1/2023 – SECULT;

14.2.13. Responsabilizar-se integral e exclusivamente por toda e qualquer ocorrência de infração à Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

14.2.14. Efetuar o pagamento de multas, indenizações ou despesas impostas por órgãos fiscalizadores de sua atividade, bem como suportar o ônus decorrente de sua repercussão sobre o objeto deste Contrato;

14.2.15. Executar diretamente os serviços, sem transferência de responsabilidade ou

subcontratação;

14.2.16. Estar devidamente habilitada para prestar os serviços objeto deste Contrato, seja perante autoridades federais, estaduais ou municipais, conselhos de classe, assumindo, conseqüentemente, todas as obrigações decorrentes;

14.2.17. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento das condições estabelecidas neste Instrumento Convocatório.

15. DAS HIPÓTESES DE DESCREDENCIAMENTO, SANÇÕES PELA INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL E RESCISÃO

15.1. A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o credenciamento do participante que deixar de satisfazer as exigências estabelecidas no Ato Convocatório ou no contrato de prestação de serviço, que faz parte integrante do presente edital.

15.2. Poderá haver o descredenciamento da empresa, por iniciativa da Fundação RTVE na ocorrência da prestação insatisfatória dos serviços. O descredenciamento nesse caso resultará na rescisão unilateral do contrato.

15.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Fundação RTVE poderá, garantida prévia defesa, além da rescisão, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções constantes nos artigos 155 a 163 da Lei Federal n.º 14.133/21, a saber:

I. Advertência;

II. Suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo período estabelecido em Lei.

III. Multa de 10% do valor integral do contrato, pela inexecução total do objeto;

IV. Multa de 0,2% por dia de atraso na execução do objeto ou parte deste, calculadas sobre o valor do contrato, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Fundação RTVE, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação

assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

V. Multa de 5% sobre o valor do contrato, por descumprimento de cláusula contratual, exceto a prevista no inciso III;

VI. Multa de 5% pela execução do objeto fora das especificações estabelecidas pela **CONTRATANTE** aplicada sobre o valor da obrigação não cumprida, além do não pagamento do serviço que deveria ter sido executado;

VII. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

15.4. As multas previstas no presente Instrumento Convocatório serão corrigidas monetariamente pelo IPCA-e até a data de seu recolhimento;

15.5. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a da outra;

15.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº. 14.133/21, e subsidiariamente a Lei nº. 9.784/1999;

15.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

15.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Fundação RTVE serão deduzidos dos valores a serem pagos ou deduzido da garantia ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente;

15.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da **CONTRATADA**, a Fundação poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16. SUBCONTRATAÇÃO/SUB-ROGAÇÃO

16.1. Não será aceita, sob nenhuma hipótese a subcontratação, ou o repasse de responsabilidade da contratada para o cumprimento do contrato, **sendo na hipótese de credenciamento de agências, estas serão responsáveis exclusivas pelos serviços, respondendo pela sua escorreita execução.**

17. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

17.1. Nos termos do art. 117, Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante da **CONTRATANTE** para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

17.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021;

17.3. O representante da **CONTRATANTE** anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Este Edital estará disponível a qualquer interessado no sítio oficial do Fica 2026 (<https://fica.go.gov.br>) e no sítio eletrônico da Fundação RTVE (<http://www.rtve.org.br/chamamento-publico/>), deverá ser lido e interpretado na íntegra, e, após o encaminhamento da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento.

18.2. As decisões da Comissão Especial de Credenciamento serão comunicadas mediante publicação no sítio oficial do Fica 2026 (<https://fica.go.gov.br>) e no sítio eletrônico da Fundação

RTVE (<http://www.rtve.org.br/chamamento-publico/>), salvo aquelas que puderem ser comunicadas diretamente, mediante ofício e/ou e-mail, aos representantes legais dos Fornecedores.

18.2.1. É responsabilidade exclusiva dos interessados o acompanhamento das publicações nos supracitados sítios eletrônicos.

18.3. Fica assegurado à Comissão Especial de Credenciamento o direito de anular por iniciativa própria ou mediante provocação de terceiros, quando houver ilegalidade, ou revogar, por interesse público, a presente Chamada Pública, sempre em despacho fundamentado, a qualquer tempo, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

18.4. Em caso de denúncia, a Comissão Especial de Credenciamento ou autoridade superior, em qualquer fase desse certame, tem o dever de realizar diligência destinada a esclarecer o(s) fato(s).

18.5. Fica assegurado à Comissão Especial de Credenciamento o direito de no interesse público, e sem quecaiba aos credenciados qualquer tipo de reclamação ou indenização:

19. Adiar o resultado final da presente Chamada Pública, dando conhecimento aos interessados;

20. Alterar as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a esta Chamada Pública, fixando novo prazo.

20.1. Os casos omissos serão decididos pela Comissão Especial de Credenciamento em conjunto com a Coordenação Geral da ExeCult e a Fundação RTVE, considerando os princípios legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, razoabilidade e proporcionalidade.

20.2. Informações complementares que se fizerem necessárias poderão ser procuradas pelo interessado no e-mail execult@ufg.br

20.3. Para todas as referências de tempo será considerado o horário de Brasília – DF.

20.4. São partes integrantes da presente Seleção Pública os seguintes Anexos:

ANEXO I – FICHA DE CREDENCIAMENTO;

ANEXO II – DECLARAÇÃO CONJUNTA;

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME OU EPP;

20.4.1. Todas as declarações constantes nos anexos devem ser elaboradas em papel timbrado da empresa participante, assinadas pelo representante legal ou procurador (neste caso, o Instrumento de Procuração deverá ser apresentado contendo os documentos de habilitação).

21. DO FORO

21.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Goiânia - GO para dirimir as dúvidas ou lides advindas do presente Edital, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado seja.

Goiânia, 01 de junho de 2026.

Prof.^a Dr.^a Silvana Coleta Santos Pereira

Diretora Executiva da FUNDAÇÃO RTVE

Prof.^a Dr.^a Luana Cássia Miranda Ribeiro

Coordenadora Geral ExeCult

Pró-Reitora de Extensão e Cultura UFG

CP 001-2026 - Edital de Reabertura Fica - 2 Cópia.pdf

Documento número #e2b27667-d560-4397-80fb-a771c7a33806

Hash do documento original (SHA256): fa17bd31b4b5498e49deff9575ba33686abd1c4c44ab4e41922380b0ad8fa46e

Assinaturas

✓ **LUANA CÁSSIA MIRANDA RIBEIRO**
Assinou como parte em 02 jun 2026 às 09:14:56

✓ **Silvana Coleta Santos Pereira**
CPF: 350.509.421-87
Assinou como parte em 02 jun 2026 às 08:51:25

Log

- 01 jun 2026, 17:37:15 Operador com email gestaodecontratos@rtve.org.br na Conta f424d4ac-09ad-4544-bd7e-93a92ac671c2 criou este documento número e2b27667-d560-4397-80fb-a771c7a33806. Data limite para assinatura do documento: 01 de julho de 2026 (17:37). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 01 jun 2026, 17:37:51 Operador com email gestaodecontratos@rtve.org.br na Conta f424d4ac-09ad-4544-bd7e-93a92ac671c2 adicionou à Lista de Assinatura: luaufg@ufg.br para assinar como parte, via E-mail.

Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo LUANA CÁSSIA MIRANDA RIBEIRO.
- 01 jun 2026, 17:37:51 Operador com email gestaodecontratos@rtve.org.br na Conta f424d4ac-09ad-4544-bd7e-93a92ac671c2 adicionou à Lista de Assinatura: diretoria@rtve.org.br para assinar como parte, via E-mail.

Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Silvana Coleta Santos Pereira e CPF 350.509.421-87.
- 02 jun 2026, 08:51:25 Silvana Coleta Santos Pereira assinou como parte. Pontos de autenticação: Token via E-mail diretoria@rtve.org.br. CPF informado: 350.509.421-87. IP: 200.137.195.169. Componente de assinatura versão 1.1453.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
- 02 jun 2026, 09:14:56 LUANA CÁSSIA MIRANDA RIBEIRO assinou como parte. Pontos de autenticação: Token via E-mail luaufg@ufg.br. IP: 177.20.136.166. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -5.843438049983964 e longitude -35.19835218853487. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.1453.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.

02 jun 2026, 09:14:57

Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número e2b27667-d560-4397-80fb-a771c7a33806.



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº e2b27667-d560-4397-80fb-a771c7a33806, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.